

Diálogo e escuta na extensão universitária: planejamento de ações de promoção de competência em informação

Jaires Oliveira Santos Guterres
jairesoliveira@gmail.com

Gleise da Silva Brandão
gleise.brandao@ufba.br

Katia de Oliveira Rodrigues
kkatia@ufba.br

Recebido em: 08/06/2025

Aceito em: 09/09/2025

Resumo

O trabalho propõe uma reflexão sobre como promover Competência em Informação no contexto de vulnerabilidades sociais. Assim, objetiva discutir as possibilidades e os desafios na promoção de conhecimentos, habilidades e atitudes voltados à informação junto a comunidades socialmente vulneráveis. Adota-se uma metodologia baseada na observação participante, que envolveu a escuta sensível das comunidades (quilombola e escola pública) para o planejamento das ações educativas. Os resultados demonstraram que o diálogo e a escuta sensível se mostraram elementos substanciais na conformação das ações educativas visando consolidá-las a partir de um viés problematizador e crítico. Conclui-se que ações de promoção de competência com viés extensionista precisam estar fundamentadas no contexto social que envolve os sujeitos participantes, de modo a não apenas adaptar o planejamento, mas possibilitar a interação dos sujeitos no processo criativo de elaboração das propostas a fim de constituir-se como uma cocriação.

Palavras-Chave: competência em informação; extensão universitária; diálogo e escuta.

Dialogue and listening in university extension: planning actions to promote Information Literacy

Abstract

The paper proposes a reflection on how to promote Information Literacy in the context of social vulnerabilities. Thus, it aims to discuss the possibilities and challenges in promoting knowledge, skills and attitudes focused on information among socially vulnerable communities. A methodology based on participant observation was adopted, which involved sensitive listening to communities (quilombola and public schools) to plan educational actions. The results demonstrated that dialogue and sensitive listening proved to be substantial elements in shaping educational actions, aiming to consolidate them from a problematizing and critical perspective. It is concluded that

actions to promote skills with an extensionist bias need to be based on the social context that involves the participating subjects, in order to not only adapt the planning, but to enable the interaction of the subjects in the creative process of preparing the proposals in order to constitute itself as a co-creation.

Keywords: *information literacy; university extension; dialogue and listening.*

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais se discute acerca da Competência em Informação a partir de uma perspectiva social, no entanto, ações de promoção dessa competência no contexto de vulnerabilidades sociais ainda é uma temática pouco abordada. A curricularização da extensão nas universidades, o cenário informacional vigente marcado por uma proliferação de informações falsas, dispersas e desorganizadas, junto aos objetivos de desenvolvimento social (ODS) propostos pela Unesco são elementos contextuais que deixam ainda mais evidente a necessidade de proposições que considerem os marcadores sociais que influenciam as diversidades e desigualdades sociais.

A informação é um insumo elementar para o desenvolvimento econômico, científico, cultural e social. Há uma preocupação cada vez maior com o acesso e o direito à informação e a inclusão de novos valores, como a busca pela transparência nas atitudes e decisões dos setores públicos e privados. Isso repercute na necessidade do desenvolvimento da dimensão política do profissional da informação. A dimensão política “[...] relaciona-se à participação na construção coletiva da sociedade e no exercício de direitos e deveres” (Pelegri; Vitorino, 2018, p. 118). Por isso, buscamos suscitar a reflexão desses profissionais quanto à consciência crítica e responsabilidade social, mediante o incentivo ao desenvolvimento de uma postura proativa e inovadora ante às necessidades dos sujeitos, ao atuar como protagonista no planejamento e realização de ações para Educação em informação junto a grupos sociais.

Nesse sentido, questionamos como promover Competência em Informação no contexto de vulnerabilidades sociais? Propomos discutir possibilidades e desafios na promoção de conhecimentos, habilidades e atitudes voltados à informação em comunidades socialmente vulneráveis.

Este trabalho está estruturado em quatro seções além desta introdução. A segunda seção contextualiza o conceito de Competência em Informação ao contexto da extensão e vulnerabilidades sociais; a seguinte traz os procedimentos metodológicos adotados; a quarta apresenta a descrição em torno do planejamento de duas ações de promoção de Competência em Informação em comunidades, quilombola e escolar; e, por fim, são trazidas as considerações finais deste estudo.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, EXTENSÃO E VULNERABILIDADES SOCIAIS

As reflexões em torno das competências, numa abordagem abrangente remete a ideia de que as pessoas são o ponto chave delas, na medida em que são portadoras e promotoras de competências. Aqueles que sabem agir com competência possivelmente desenvolveu uma autocrítica sobre os conhecimentos, habilidades e atitudes que necessita ter diante de alguma situação da vida que demanda a resolução de problemas, posicionamento, produção de conhecimentos e afins.

Para ser competente, na concepção de Le Boterf (2003), é preciso saber: agir com pertinência, mobilizar saberes e conhecimentos em contextos distintos, integrar ou combinar saberes diversos, transpor, aprender, aprender a aprender e envolver-se. Desse modo, na visão do autor, o conhecimento seria um saber; as habilidades seriam visualizadas no fazer; e, por fim, o saber ser emerge das atitudes que mobilizam mudança.

Zurkowski (1974), ao refletir sobre essa mobilização de saberes e ações em torno do acesso e uso de informações, diz que embora haja evidências de que as pessoas são

alfabetizadas e que, portanto, adquiriram habilidade de leitura e escrita, apresentam dificuldade para moldar informações às suas necessidades. Há um lapso temporal de mais de cinquenta anos e, atualmente, pode-se afirmar que não vencemos esse entrave e que precisamos desenvolver ações constantes que objetivem a promoção desta competência. Sobre esse contexto, Dudziak, (2002, p. 6) diz que a Educação voltada para a competência em informação é aquela que socializa o acesso à informação, ao conhecimento, ao aprendizado. Incentiva a participação ativa da comunidade (ou seja, seu comprometimento) na definição de metas e objetivos educacionais. Busca o aprendizado, enquanto processo, de conteúdos significativos. Enfatiza a integração curricular e a educação baseada em recursos. Adota práticas pedagógicas voltadas para a construção do conhecimento, o aprendizado independente e o aprendizado ao longo da vida, a partir da elaboração de projetos de pesquisa e a resolução de problemas.

O entendimento da Competência em Informação inclusa em um processo educativo nos remete à Freire (1987), que contribui para as nossas elucubrações, ao admitir uma preocupação com o desenvolvimento e emprego das competências como um ato refletido, ao qual se denomina de práxis. O Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP) apresenta uma visão da Competência em Informação que dialoga com a ideia do acesso à informação para o exercício cidadão, representando “[...] a capacidade de pensar criticamente e fazer julgamentos equilibrados sobre qualquer informação que encontramos e usamos” (CILIP, 2018), o que nos empodera para que possamos alcançar e expressar opiniões e colaborar socialmente.

Essa necessidade de desenvolver e empregar Competência em Informação se mostra potente em contextos em que há situações de diversas vulnerabilidades, afinal, a informação está implicada em nossos dizeres, saberes e fazeres, logo, é preciso entender as suas mensagens, analisá-las e compreendê-las em diversos contextos (Belluzzo, 2023). Vulnerabilidade social, na visão de Macedo e colaboradores (2009), é compreendida “[...] como uma conjugação de fatores que pode afetar o nível de bem-estar das pessoas, famílias ou comunidades e que resulta em uma exposição maior ao risco [...]”, logo, podemos aventar que a restrição de acesso à informação pode impactar essas vidas, uma vez que ela corrobora no processo de empoderamento e de busca de seus direitos civis. Os autores acrescentam que a vulnerabilidade se mostra diante de fatores como “[...] sexo e local de moradia, além dos associados às desigualdades sociais crônicas do contexto brasileiro [...]”, que é um entrave para que a população em situação econômica menos favorecida acesse serviços básicos de “educação, saúde e moradia”.

Scott e colaboradores (2018), por sua vez, dizem que a vulnerabilidade social pode ser entendida como um “[...] desequilíbrio entre recursos materiais e simbólicos disponíveis ao sujeito e suas necessidades [...]”, ademais, considera múltiplos fatores transversalizados nesse processo, tais como “[...] condições socioeconômicas, os acessos aos serviços, a cultura prevalente, as relações sociais e a própria subjetividade”. Podemos compreendê-la, portanto, como uma junção de fatores que interferem diretamente no modo como essas pessoas convivem socialmente e enfrentam os desafios que se apresentam em sua vida, diante de limitações, sobretudo, socioeconômicas.

Promover a Competência em Informação em espaços onde a vulnerabilidade se faz presente no cotidiano das pessoas constitui um desafio, contudo, se mostra fundamental, por intentar perceber as necessidades informacionais dessas pessoas e, por consequência, viabilizar um processo de aprendizagem que colabore para possam acessá-las de maneira consciente, crítica e reflexiva, com o afã de resolver problemas decorrentes da vida em sociedade e, quiçá, melhorar as suas condições de vida, tanto pelo acesso a políticas públicas, quanto a direitos civis básicos.

Entendemos que há a necessidade de aprofundamento dos estudos e ações de Competência em Informação em contextos diversos, onde se consideram singularidades e suas implicações em vivências sociais. Vitorino (2018), ao retratar a vulnerabilidade social, diz que

“[...] se constitui por pessoas e também por lugares, os quais estão expostos à exclusão social (famílias, indivíduos sozinhos)”, ademais, alerta para o uso do termo associado à condição de pobreza. Admitimos, logo, que as pessoas em situação vulnerável podem ser identificadas como aquelas que convivem com restrições, o que culmina em uma vida marcada pela ausência dos direitos básicos, necessários à vida em comunidade/sociedade.

Vitorino (2018) assinala que pensar na relação entre a vulnerabilidade social e a Competência em Informação insurge diversificadas perspectivas que carecem de um olhar atento de profissionais envolvidos com a temática, no caso específico desse trabalho, podemos identificar essa dialógica da Competência em Informação com a cidadania e as minorias sociais.

Diante dessa conjuntura da Competência em Informação e a sua implicação em espaços que apresentam características vulneráveis, especialmente no que se refere às pessoas que ali convivem, tem-se a alternativa de pesquisadores(as), bibliotecários(as), arquivistas e outros profissionais, que conformam equipes multidisciplinares, possam promover ações educativas com o afã de educar para o uso crítico de informações.

Tais ações parecem dialogar com a perspectiva da extensão universitária, uma vez que, na Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2012), ela constitui “[...] um eixo de atuação que articula as funções de ensino e pesquisa, amplia e viabiliza a relação entre a Universidade e a sociedade”. Essa relação com a sociedade se torna palpável, ao conceber projetos que extrapolem os muros da Universidade e nos conduza a essa convivência em distintos contextos sociais, com o intuito de viabilizar a construção de saberes.

A Resolução nº 12/2012 reitera que essa dialógica acontecerá “[...] mediante ações junto ao público em geral, comunidades, segmentos organizados da sociedade civil, órgãos governamentais e empresas públicas ou privadas” (UFBA, 2012), através de programas ou ações de extensionistas. A referida Resolução assevera que os Programas podem ser entendidos como um “[...] conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão universitária (cursos, eventos, prestação de serviços)”. Dentre as ações, podemos citar a Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS), que é um componente curricular, na modalidade disciplina, “em que estudantes e professores da UFBA, em uma relação multidirecional com grupos da sociedade, desenvolvem ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação” (UFBA, 2013). E busca promover a construção de conhecimento, pensando na transformação daquela realidade.

Ante o exposto e considerando a ação extensionista como um modo de promover o diálogo da Universidade e Comunidade, com atividades efetivas de promoção de saberes, consideramos a pertinência de tais ações cujo objetivo seja o desenvolvimento de Competência em Informação em comunidades visivelmente vulneráveis. Por isso, a realidade descrita neste artigo converge com esta perspectiva, ao apresentar o planejamento de ações em uma escola pública de Salvador/Bahia, no bairro de Cajazeiras, considerada periferia, por meio da ACCS. Por outro lado, tem-se o BiblioQuilombola, programa de extensão, atualmente com ações permanentes em uma Comunidade Quilombola, em Humildes, Feira de Santana/Bahia.

3 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotamos a observação participante que teve como objeto de estudo as ações de promoção de Competência em Informação desenvolvidas pelas autoras no contexto da escola pública e de comunidade quilombola. Elegemos também a escuta sensível como caminho metodológico, no caso da comunidade quilombola – estabelecemos diálogo com três membros da Associação dos Moradores do Povoado de Tanquinho (AMPOTA); e na comunidade escolar realizamos a roda de conversa com os discentes do ensino médio.

A primeira ação consistiu no desenvolvimento da ACCS “Infoeducando: competência em informação com jovens”, componente curricular extensionista. E contou com a participação de dois docentes, três bolsistas de extensão, uma pós-doutoranda em Ciência da Informação e

uma pós-graduanda em Estudos Interdisciplinares da Universidade, 30 discentes dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Jornalismo, Pedagogia e BI em Saúde da UFBA e 30 estudantes do ensino médio, com idade de 15 a 22 anos, do Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia (CEEBC) de Salvador, destacamos a participação da diretora e de uma professora da escola como colaboradoras externas.

Já a ação do programa permanente de extensão BiblioQuilombola, planejada e em andamento em região rural de Feira de Santana, na Bahia, participam uma equipe multidisciplinar, cuja conformação atual conta com: duas docentes; duas bibliotecárias; três bolsistas do Programa Sankofa, que cursam Biblioteconomia e Documentação, Geologia e História e três voluntários de iniciação à extensão dos cursos de Biblioteconomia. Quanto aos participantes da comunidade, contamos com uma média de 79 crianças/jovens/adultos, na faixa etária de 1-70 anos. Os dados foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa em articulação com o quadro teórico proposto.

4 AÇÕES EXTENSIONISTAS VOLTADAS À PROMOÇÃO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Apresentamos nesta seção, aspectos relacionados ao planejamento das atividades extensionistas promovidas: a ACCS Infoeducando e o Programa BiblioQuilombola.

4.1 AÇÃO CURRICULAR EM COMUNIDADE E EM SOCIEDADE (ACCS)

A AACCS Infoeducando objetiva o desenvolvimento de competências para a busca, apropriação e uso crítico da informação, por meio da atuação no planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações voltadas à Educação em informação com jovens do CEEBC. Tratou-se de uma atividade com impacto social que envolveu o público jovem nessa formação crítica, articulando as atividades extensionistas com o ensino e a pesquisa, para lidar com a informação no seu processo de busca, avaliação, uso e produção, além das relações interpessoais que são estabelecidas para a comunicação da informação. Também protagonizou a atuação dos discentes da UFBA, que tiveram a oportunidade de interagir com professores, profissionais e a comunidade escolar, aprendendo e ensinando a partir das competências que traz, logo, atuaram como infoeducadores.

O planejamento da ACCS Infoeducando buscou perseguir os objetivos de aprendizagem previstos que incidem em que os discentes não só desenvolvam Competência em Informação, mas também atuem na sua promoção. Assim, previu cinco fases: contextualização teórica, desenvolvimento dos conceitos relacionados à Competência em Informação e Educação em Informação; diagnóstico, diálogo com os jovens do CEEBC para compreender as suas necessidades e dificuldades para lidar com a informação, bem como as suas expectativas de aprendizagem; planejamento e elaboração da ação educativa, com base na escuta sensível dos jovens realizada a partir do diagnóstico; desenvolvimento das oficinas formativas, atividades em campo desenvolvidas na escola que envolveu a cocriação com os jovens; e a avaliação e a relatoria das atividades, contando com o apoio da equipe e também da autoavaliação dos discentes e jovens do CEEBC.

Este trabalho focará na etapa de planejamento das ações que envolveu o diagnóstico, aspecto substancial para a conformação da própria ação educativa (elaboração dos materiais didáticos, estruturação das oficinas, adequação dos recursos). Isso dada a especificidade da ação que tem como princípio norteador a extensão, logo, busca o diálogo com a comunidade escolar de modo a consolidar uma educação problematizadora que considere o contexto social e alinhe a ação à reflexão (Freire, 1979).

Nesse sentido, o objetivo do diagnóstico foi a escuta sensível dos jovens e da comunidade escolar para compreensão do contexto e estruturação das ações educativas, partiu-se de uma produção colaborativa. Essa etapa envolveu reuniões com a direção e com a

professora da escola, bem como uma roda de conversa com os jovens mediada pelos discentes da ACCS.

No que diz respeito às reuniões com a direção da escola e a professora, ressaltamos o contexto de vulnerabilidades sociais no qual os jovens encontram-se imersos, evidenciado nas falas da diretora que aponta: dificuldades financeiras que levam a outro problema relatado, a evasão escolar e a dificuldade de se manterem na escola; problemas de conectividade, a internet comumente utilizada por estes jovens é a rede móvel, via smartphone, é na escola que eles têm acesso à rede wifi; restrições alimentares, muitas vezes é na escola onde parte dos jovens fazem as suas principais refeições; proximidade às drogas e violência, o bairro foi elencado como primeiro com mais mortes violentas em pesquisa realizada em 2022 pelo Correio da Bahia (2023), a partir dos dados da Secretaria Pública de Segurança (SSP). Acreditamos que um dos pontos que influencia tal cenário é o fato de ser uma escola pública, localizada em Cajazeiras, uma área periférica da cidade de Salvador¹.

Considerando o contexto, propomos oficinas com duração curtas de até 1h atreladas à disciplina eletiva voltada à produção textual; linguagem atrativa para os jovens, a partir de dinâmicas, jogos e desafios; consideramos a oferta de lanches; uso moderado de internet e equipamentos digitais. A Universidade disponibilizou ônibus para locomoção dos discentes, docentes e monitores e um pequeno recurso para viabilização das ações. Tendo como norteadores os ODS 4 - Educação de qualidade, 10 - Redução das desigualdades e 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

Para a roda de conversa, definimos eixos temáticos que também nortearam as oficinas desenvolvidas: necessidade informacional e fontes de informação; compreensão, síntese e organização da informação; avaliação crítica da informação e desinformação; produção de conteúdo e uso ético e legal da informação. Assim, os discentes da ACCS foram organizados em grupos de cinco pessoas por eixo temático, cada grupo dispôs de dois mediadores e cada roda teve a duração média de 20 minutos.

O eixo 1 dialogou sobre fontes usadas pelos jovens, como buscam informação, como avaliam as fontes e quais os seus temas de interesse e curiosidade. As respostas dos jovens indicaram que eles usam Google, sites como Brasil escola, Wikipédia, Toda matéria, mas preferem as redes sociais (Tiktok, Youtube, Instagram) e a Inteligência Artificial (IA) como fonte de informação. Costumam comparar as fontes para verificar se são confiáveis, mas às vezes levam em consideração a simpatia que sentem pela fonte (pessoas específicas do cotidiano, influencers). Se interessam por temas como teorias existencialistas de religiões; experiências sobrenaturais; programação; animação e desenho; mercado de trabalho; assuntos relacionados à física; geopolítica; e teoria musical.

O eixo 2 conversou sobre a relação com a leitura, se gostam/costumam ler, se conhecem técnicas de leitura, como organizam as ideias para a produção de textos, e as sintetizam. Os jovens encaram a leitura como um tipo de obrigação, poucos apresentaram rotinas de leitura que não se relacionavam diretamente ao ambiente escolar. Mas demonstraram interesse por romance, suspense, fantasia voltado ao público jovem, poesia, ficção científica e mangá. As técnicas de leitura se mostraram desconhecidas aos jovens. Para a organização das informações, afirmaram elaborar tempestades de ideias, roteiros e rascunhos

¹ Para se ter uma noção da extensão da área, destaca-se que a prefeitura-bairro de Salvador compreende 17 bairros: Águas Claras, Boca da Mata, Cajazeiras II, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Cajazeiras XI, Castelo Branco, Dom Avelar, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Jaguaripe I. Disponível em: <https://dados.salvador.ba.gov.br/pages/bairros-de-salvador>.

delineando os principais pontos que desejam abordar. Relatam que enfrentam desafios para expressar suas ideias de forma coesa. Afirmam conhecer o resumo, embora alguns optem por não utilizá-lo em suas práticas de estudo.

O terceiro eixo abordou a avaliação das informações, dialogaram sobre o que é *fake news*, como a identificam e os critérios utilizados, quais atitudes costumam tomar diante de uma informação falsa e se conhecem e usam sites de checagem. Os jovens mostraram-se familiarizados com o termo "fake news", mencionaram identificá-las em plataformas como Twitter e WhatsApp, incluindo golpes nesse último. E criticaram emissoras de TV e veículos populares de informação que manipulam as notícias e praticam sensacionalismo. Os jovens mencionaram estratégias para verificar a veracidade das informações, como observar erros gramaticais, analisar a fonte, ler a matéria completa e checar em outras fontes. Quanto às atitudes, a mais optada é não compartilhar ou ignorar informações duvidosas, poucos afirmam ajudar a esclarecer a verdade para quem compartilhou ou denunciar a fake news, e apenas um deles afirmou que buscaria provas para refutar a falsidade da informação. A maioria dos jovens desconhece os sites de checagem.

O eixo 4 discutiu sobre referência e plágio com os jovens, se costumam produzir conteúdo, suas referências/inspirações para criação de conteúdo na internet, se citam a autoria, como entendem a responsabilidade dos produtores de conteúdo, bem como sobre suas dificuldades. Os jovens já ouviram os termos "referência" e "plágio", mas não tinham clareza sobre os conceitos. Costumam produzir conteúdo nas redes sociais, são inspirados pelos "influencers" e entendem, na maioria, que é necessário dar o crédito ao criador do conteúdo. Alguns reconhecem que as pessoas têm responsabilidade pelo que produzem. Também relataram que sentem dificuldade em produzir conteúdo no contexto escolar como, por exemplo, a redação e apontam a falta de repertório como a principal causa.

A partir do diagnóstico, foi possível observarmos que os jovens desenvolveram estratégias próprias e válidas para lidar com a informação. E a partir dos seus conhecimentos, interesses e curiosidades foram pensadas oficinas que despertassem o senso crítico diante do uso de redes sociais e IA como fonte de informação; sobre formas diversas de leitura que envolvem a análise e a criticidade, utilizando textos atrativos para ilustrar que ela pode ser divertida e prazerosa; sobre a avaliação crítica das informações, destacando o papel ativo da mediação e estimulando as atitudes de checar, analisar e enfrentar a desinformação; e sobre a necessidade de refletir sobre o plágio no contexto das redes sociais, além de estratégias de como referenciar as informações encontradas na internet.

4.2 PROGRAMA BIBLIOQUILOMBOLA

O BiblioQuilombola nasce em 2019 com a pretensão inicial de "[...] promover Competência em Informação em comunidades quilombolas a partir de práticas leitoras" (Santos; Rodrigues; Ferreira, 2020, p. 124). No programa piloto, as atividades foram desenvolvidas na Comunidade de Praia Grande, Ilha de Maré, bairro da cidade de Salvador, Bahia. Durante o período pandêmico, contudo, foi preciso repensar e adaptar o planejamento para ações remotas, especialmente com o uso da página do Instagram do Programa e de Grupos de WhatsApp da Comunidade, com o intuito de divulgar informações relevantes e que contribuíssem para o acesso à informação verossímil dentro do contexto de excepcionalidade.

O programa de extensão BiblioQuilombola surgiu a partir de dois projetos de pesquisa que tem a Competência em Informação e as Práticas Leitoras como centralidade, coordenado por duas docentes do Instituto de Ciência da Informação e uma bibliotecária, as quais compõem o quadro de servidoras públicas da UFBA. As reuniões das coordenadoras com os discentes da Universidade que fazem parte do programa ocorrem no Instituto de Ciência da Informação, ocasião em que há o debate de textos que subsidiam a contextualização teórica e o planejamento das ações a serem desenvolvidas na comunidade.

Desde 2023, as ações têm sido planejadas e desenvolvidas na comunidade remanescente de Quilombo de Tanquinho de Humildes, em Feira de Santana, localizada a aproximadamente 100 km da capital baiana. Apesar da maioria da população da comunidade ser descendente de africanos escravizados no Brasil, estes nem sempre se autodeclararam como quilombola. Além deste grupo, no povoado também vivem pessoas não quilombolas.

Compreendemos que as pessoas almejam o exercício pleno da sua cidadania, e isso é viabilizado por meio do acesso à informação, que as emancipa e empodera socialmente. A Competência em Informação engloba, logo, o acesso à informação incluso num decurso de aprendizagem, e se concebe esse processo como prática de liberdade que promove mudança, aplicáveis em heterogêneos contextos sociais, inclusive nos quilombos.

Em vista disso, as ações foram pensadas em três fases básicas, denominadas: Conhecer, que envolve a escuta sensível das pessoas da comunidade para verificar de que maneira podemos colaborar mutuamente; Planejar, que engloba o (re)adequar e planejar as ações educativas; e Agir - que consiste efetivamente na realização das ações. Neste trabalho apresentaremos os meandros da fase - Conhecer e Planejar. Como estratégia para essa etapa, optamos por estabelecer, a priori, o diálogo com três membros da AMPOTA, além de observar o cotidiano das pessoas que frequentam o espaço da associação, sejam elas crianças, jovens e/ou adultos.

Durante esse processo de conhecer as demandas da comunidade, para estabelecer uma relação de colaboração e construção de saberes mútuos, a escuta sensível e a observação participativa converte-se em um processo contínuo, em vista de que com o tempo a relação Universidade e Comunidade se estreita e há uma confiança construída e estabelecida. Esclarecemos que nas itinerâncias do BiblioQuilombola na comunidade remanescente de Quilombo de Tanquinho de Humildes a primeira demanda seria empreender práticas leitoras (contação de história) para promover Competência em Informação, isto é, empoderar as crianças para que compreendam as informações que atravessam as suas vidas, o seu papel social como cidadãos, conscientes de sua ancestralidade e com consciência crítica de seus direitos.

Contudo, na fase - Conhecer, durante a escuta sensível junto aos membros da AMPOTA, constatamos em suas narrativas, que embora os sujeitos da comunidade, em especial as crianças/jovens, não se encontrassem em completo estado de vulnerabilidade, o acesso às políticas públicas que possibilitassem o protagonismo destas crianças/jovens encontrava-se fragilizada. Ao serem questionados como as ações poderiam contribuir para a vida das crianças/jovens da comunidade, para que eles se conscientizassem da importância da educação e da leitura, um deles faz a seguinte reflexão. “[...] se a gente tivesse trabalhado com as crianças lá atrás, hoje tinha [...] tinha criança, jovem aí preparado”.

A preocupação com a ausência de jovem “preparado” explicitada por um dos membros da Associação, tem relação direta com o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, pois, a comunidade não é certificada, o que a torna excluída do direito às políticas públicas direcionadas aos quilombolas. Sobre o reconhecimento da comunidade, uma das lideranças afirma: “[...] não sei como vai ser nosso reconhecimento [...] a gente não tem nada pra apresentar. Qual é a nossa identificação hoje?” A preocupação com a identidade da comunidade relatada era um aspecto a ser trabalhado. Isto porque, durante a observação participativa junto às crianças/jovens que participaram da primeira contação de história, ao serem incentivados para voluntariamente informar como se autodeclaravam, constatamos a dificuldade dos participantes se autodeclarar quilombola, como também não possuíam conhecimento que viviam em uma comunidade remanescente de quilombo.

Ademais, emergiu a demanda da oficina de empoderamento digital para crianças e adultos, motivada pela necessidade emergente sinalizada, em função de que muitos “não sabem nem ligar o computador”, conforme a narrativa de um dos membros da AMPOTA, incluindo-se também nesse contexto de necessidade de desenvolver competência para o uso do equipamento e, quiçá, de acesso e uso informacional. Outra solicitação da comunidade foi a

oficina de culinária, a partir de produtos típicos da comunidade, cujo objetivo consiste em capacitar pessoas para que possam empreender e mobilizar a economia local.

Com base nas observações e nos diálogos estabelecidos com a comunidade, optamos por realizar as seguintes ações: rodas de leitura e contação de histórias, oficina de empoderamento digital e oficina de culinária. O objetivo central é promover a Educação em Competência em Informação, entendendo que essas ações são complementares, sobretudo no atendimento às demandas relacionadas ao acesso efetivo à informação. Essas informações são tensionadas e ressignificadas para que sejam utilizadas de forma adequada no cotidiano da vida comunitária.

A Agenda 2030 também foi considerada nessa decisão, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 1 – erradicação da pobreza; 4 – educação de qualidade; 10 – redução das desigualdades; e 11 – cidades e comunidades sustentáveis. Tais objetivos podem ser alcançados gradualmente, à medida que as ações forem desenvolvidas com diferentes gerações (crianças, jovens e adultos), promovendo o reconhecimento identitário e a compreensão de seus direitos e deveres perante o Estado. Para viabilizar as ações na comunidade, a fase Planejar foi estruturada em cinco etapas:

a) registro das informações a partir da observação e da escuta sensível com os membros da AMPOTA;

b) diálogo com a equipe (coordenação, tutoria, discentes bolsistas e voluntários) para definição das ações a serem desenvolvidas;

c) seleção de títulos da literatura infantojuvenil para as rodas de leitura e contação de histórias, bem como definição dos conteúdos das oficinas de empoderamento digital e culinária;

d) elaboração dos planos de ação, incluindo objetivos, justificativa (relevância e contribuições), metodologia (procedimentos e ferramentas), resultados esperados (conhecimentos, habilidades e atitudes) e cronograma de execução;

e) (auto) avaliação das ações.

As atividades foram planejadas para ocorrer em seis encontros semestrais, das 10h às 15h30. As rodas de leitura e contação de histórias visam estimular o gosto pela leitura, a partir de títulos que abordam temáticas identitárias, promovendo uma consciência crítica sobre as informações acessadas por meio da leitura reflexiva.

A oficina de empoderamento digital, voltada para jovens e adultos, busca desenvolver saberes teóricos e práticos, incentivando o uso básico de equipamentos digitais e, conseqüentemente, o acesso e uso consciente da informação. Já a oficina de culinária tem como proposta ampliar o acesso a conhecimentos fundamentais para criar ou aprimorar receitas, utilizando produtos da agricultura familiar como meio para fomentar o empreendedorismo e a geração de renda, contribuindo para a (auto)suficiência econômica da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a discutir acerca da promoção de Competência em Informação no contexto de vulnerabilidades sociais, apontando possibilidades e desafios a partir da análise de duas ações extensionistas realizadas no âmbito da UFBA.

Dentre as possibilidades, elenca-se o desenvolvimento de componentes curriculares, programas e projetos extensionistas, ainda como possibilidade enfatizamos a necessidade de ter como ponto de partida o diálogo e a escuta sensível aliados à observação, que se mostraram elementos substanciais na conformação das ações educativas visando consolidá-las a partir de um viés problematizador e crítico.

Ressalta-se que o contexto é bastante desafiador, pois temos de considerar que o atendimento às necessidades básicas como alimentação, educação, trabalho e, sobretudo, a sobrevivência é preocupação primeira de tais comunidades que encontram limitações financeiras, digitais como a questão da conectividade e afins que podem dificultar o acesso e apropriação das informações. Além disso, nos deparamos com restrições orçamentárias na

Universidade que tornam ainda mais árduo o desenvolvimento das ações extensionistas que demandam uma logística para locomoção, aquisição de materiais, alimentação e outros.

Observamos que cada cenário suscitou estratégias e abordagens distintas para tratar da Competência em Informação. A ACCS exigiu um esforço no sentido de aliar os conceitos não somente ao contexto escolar, mas também à juventude, às redes sociais, à IA, bem como aos demais interesses e curiosidades dos jovens. Já no Programa BiblioQuilombola, promover competência exigiu ações que viabilizasse uma leitura refletida da realidade vivenciada, especialmente considerando a construção identitária; o empoderamento digital, para fins de manusear aparatos e, por consequência, acessar e usar informações basilares no dia a dia; e conteúdos essenciais para criar receitas e/ou aprimorar aquelas existentes para gerar renda, com o intuito de caminhar rumo à (auto)suficiência econômica. Esclarecemos que estas ações precisam ser contínuas, tendo em vista que os objetivos são alcançados a longo prazo, como sugere a Agenda 2030.

Reconhecemos a importância de programas de Competência em Informação para nortear a construção e implementação de ações educativas. No entanto, tendo em vista o caráter transformador e dialógico da extensão, defendemos que as ações de promoção de competência com viés extensionista precisam estar fundamentadas no contexto social que envolve os sujeitos participantes, de modo a não apenas adaptar o planejamento, mas protagonizar a interação dos sujeitos no processo criativo de elaboração das propostas a fim de constituir-se como uma cocriação.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, R. C. Competência em Informação, Midiática e Digital: reflexões desde suas origens às principais tendências em espaços econômicos, educacionais e culturais na era digital. *Informatio*, v. 28, n. 2, p. 55-89, 2023.

CILIP. **CILIP Definition of Information Literacy**. 2018. Disponível em: <https://infolit.org.uk/ILdefinitionCILIP2018.pdf>. Acesso em: 26. jun. 2024.

DUDZIAK, E. Information Literacy Education: integração pedagógica entre bibliotecários e docentes, visando a competência em informação e o aprendizado ao longo da vida. *In*: Seminário Nacional de Bibliotecas, 12, Recife. **Anais [...]** Recife: UFPE, 2002. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4053>. Acesso em: 25 dez. 2024.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LE BOTERF, G. **Desenvolvendo as competências dos profissionais**. Porto Alegre: ARTMED, 2003. 278 p.

MACEDO, R. *et al.* Valores positivos e desenvolvimento do adolescente: perfil de jovens paulistanos. *Psicologia em Estudo*, v. 14, p. 689-698, 2009.

PELEGRINI, E.; VITORINO, E. A dimensão ética da competência em informação sob a perspectiva da Filosofia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.23, n.2, p.117-133, abr./jun. 2018.

SANTANA, F. JORNAL CORREIO DA BAHIA. **População muda rotina em Cajazeiras, bairro com mais mortes violentas em 2022**. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/entre/populacao-muda-rotina-em-cajazeiras-bairro-com-mais-mortes-violentas-em-2022-0522>. Acesso em: 26 maio. 2025.

SANTOS, J. O.; RODRIGUES, K. O.; FERREIRA, V. B. BiblioQuilombola: um projeto em construção. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 122-130, 2020.

SCOTT, J. B. *et al.* O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 2, p. 600-615, 2018.

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, v. 47, n. 2, 2018.

Universidade Federal da Bahia. **Resolução Nº 02/2012**. Aprova o Regulamento de Extensão Universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 10 nov. 2012. Disponível em: <https://ims.ufba.br/sites/ims.ufba.br/files/documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o-02-de-2012.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2025.

Universidade Federal da Bahia. **Resolução Nº 01/2013**. Regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para integralização curricular dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 25 fev. 2013. Disponível em: https://proext.ufba.br/sites/proext.ufba.br/files/resolucao_no_01-2013_consepe_-_regulamento_accs.pdf. Acesso em: 26 maio. 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEXT) da UFBA pelo apoio financeiro que possibilita a realização das atividades extensionistas.